

2016 EM DEBATE

OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 8 - N.01
Março de 2016
ISSN: 2176 - 4883



DOSSIÊ
Comunicação Política

Rodolfo Marques

Bruno Conceição

Thiago Moraes

Doacir Quadros

Érica Anita Baptista

Patrícia Contreiras

Romer Mottinha

OPINIÃO

Gláucio Soares

RESENHA

Nerea Ramírez

Noelle Del Giúdice

Paulo Victor Melo



Periódico Eletrônico do Grupo de Pesquisa
Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral
Universidade Federal de Minas Gerais - Av. Presidente Antônio Carlos 6627
Campus Pampulha - CEP 31270-901 - Belo Horizonte - MG - Brasil - Tel (31) 34093823

PRESIDENCIALISMO DE MANDATO MÁXIMO OU VOTO DE DESCONFIANÇA SEM AUTODISSOLUÇÃO DO LEGISLATIVO

Vitor Peixoto

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

✉ moraespeixoto@gmail.com

Resumo: *Este ensaio traz uma análise de conjuntura sobre os fatores que levaram à abertura do processo de impeachment da Presidenta da República pela Câmara dos Deputados e as possíveis consequências para o funcionamento do sistema político brasileiro. Resultado de fatores múltiplos, defende-se que houve uma inovação institucional informal com a quebra do sistema de crenças nas eleições como solucionadora de conflitos políticos, e que deixará principal herança da aventura despropositada de impedir um Chefe do Poder Executivo um efeito cascata aos demais mandatários nos níveis da Federação. Criou-se um voto de desconfiança sem o custo de autodissolução do Legislativo, num claro movimento de “parlamentarização” do presidencialismo.*

Palavras-chave: *Impeachment; Eleições de 2014; Partidos; Democracia.*

Abstract: *This essay analyzes the factors that led to the opening of impeachment of the President of the Republic by the House of Representatives and their possible consequences for the functioning of the Brazilian political system. I argue that there was an informal institutional innovation with the breaking of the elections belief system and that this impeachment will lead to a ripple effect to other representatives in the Federation levels. Created a confidence vote without the cost of self-dissolution of the legislature, a clear movement “parliamentarisation” of presidentialism.*

Keywords: *Impeachment; Elections 2014; Political Parties; Democracy.*

Introdução

A campanha das Diretas Já e a Constituição de 1988 concederam as bases de mobilização social e a construção das instituições políticas que fundamentaram a administração de conflitos de interesses e o processamento das demandas dos diferentes segmentos políticos. A partir de então, não existe mais dúvidas entre os Cientistas Políticos sobre o Brasil ser um país democrático. As discordâncias se dão apenas quanto à concepção teórica de democracia e acerca dos diagnósticos do quanto a realidade nacional se

aproximava dos tipos ideais normativos de democracia. Podemos classifica-los num *continuum* como o fez Gerard Munck (MUNCK, VERKUILEN, 2002). Em um extremo, os adeptos do conceito minimalista de democracia onde alguns poucos atributos formais são exigidos dos sistemas políticos reais para que sejam classificados como Democracias (PRZEWORSKI *et al.*, 2000). Em outro, pesquisadores que basearam suas análises a partir da crítica a existência formal de um sistema democrático erguido sobre bases culturais frágeis de apoio e sustentação ao regime (cf. O'DONNELL, 1991). Para os chamados culturalistas, as exigências para um regime ser denominado de democracia deveriam ser muito mais rígidas, surgem então uma série de adjetivações que no fundo se apresentavam como requisitos que deveriam ser cumpridos pelos sistemas políticos reais, como a *accountability*, participação efetiva, etc.

Não obstante o imbróglio teórico-normativo entre os analistas, na base estava um consenso inquestionável: eleições livres são, por excelência, a forma de se ocupar os cargos representativos. Neste consenso mínimo estava a concepção de que o sistema democrático é fundamentalmente sustentado por um sistema de crenças compartilhadas entre os atores. Uma das peças principais que fazem as engrenagens funcionar ao longo do tempo é a crença que a vitória e a derrota nas eleições são momentâneas, portanto, os cálculos são realizados a longo prazo. Somente desta forma se tolera a oposição derrotada, por um lado, e submete-se ao governo dos vitoriosos de outro. Qualquer movimentação fora destas concepções em uma única rodada tem potencial para perturbar todas as demais rodadas subsequentes e colocar em risco o equilíbrio do sistema de crenças.

Primeiro ato:

De repente, todo o consenso desmoronou a partir das eleições de 2014. Os derrotados foram considerados vitoriosos durante boa parte da apuração

dos votos. Muitos programas de televisão davam como certa a vitória do PSDB. Corria a notícia nos bastidores que o candidato Aécio Neves preparava a comemoração em Minas Gerais, para onde já se encaminhavam os líderes de seu partido. À medida que os votos eram apurados o sabor da vitória foi dando lugar ao gosto amargo da derrota. Os semblantes dos incrédulos apresentadores do maior conglomerado de notícias foram se transformando ao vivo nas televisões de todo o país. Foram as eleições mais apertadas da História do Brasil. Dilma Rousseff conseguiu a reeleição com uma vantagem mínima de votos.

Segundo ato:

O resultado das urnas foi imediatamente contestado pelos derrotados no Tribunal Superior Eleitoral e o discurso de depreciação da capacidade de escolha dos eleitores brasileiros tomou conta dos “articulistas” nos jornais que apoiavam, aberta ou veladamente, o candidato derrotado. Esses foram os dois primeiros passos para o processo de deterioração do sistema de crenças que sustentara a democracia brasileira. Por um lado, os derrotados atacaram as instituições que organizam as eleições, por outro, retiraram dos eleitores a autonomia de realizar escolhas livres (especialmente, os eleitores do Nordeste).

Logo após a posse a Presidenta reeleita, que já estava sob fortes ataques dos derrotados, faz um discurso em que muda completamente suas posições defendidas durante as eleições, num exemplo clássico que os anglo-saxões reconhecem por “*policy switch*” (STOKES, 2001), o que a fez perder parte considerável dos eleitores responsáveis por sua eleição. O que a faria ser considerada uma traidora ao adotar a política econômica defendida pelo seu oponente nas eleições. Muitos utilizaram o termo “estelionato eleitoral” para se referirem ao mimetismo ideológico da eleita. Em vez de conquistar

eleitores do seu oponente a faz ser desconhecida pelos seus próprios apoiadores. Abriu-se um flanco e pela primeira vez o “*impeachment*” aparece explicitamente nos discursos da oposição.

Terceiro ato:

No cenário de deterioração da economia percebida pela população, principalmente pelo aumento da inflação e perda de postos de trabalho, a crise política é deflagrada abertamente com a eleição de um adversário do submundo da política para a Presidência da Câmara dos Deputados. Eduardo Cunha passou a ser o detonador de um processo de *impeachment* para se livrar da própria cassação do mandato – já que havia sido descoberta uma série infindável de crimes contra a ordem tributária, contas secretas em paraísos fiscais, esquemas de propinas em Fundos de Pensão, ameaças a testemunhas e toda a sorte de corrupção. Dilma Rousseff passou a viver o seu inferno astral com um inimigo capaz de realizar manobras regimentais inconstitucionais e manipular de todas as formas os procedimentos legislativos ao bel-prazer fincado na linha sucessória da Presidência da República.

Houve uma degradação vertiginosa da popularidade da Presidenta em poucos meses. De um lado, abandonada pelo próprio partido, o PT, por conta das mudanças na política econômica, de outro, uma relação francamente conflituosa com a Câmara dos Deputados e, para dizer o mínimo, complexa com o Senado (ambas as Casas Legislativas comandadas por políticos do partido do Vice-Presidente, Michel Temer), tudo isso, em um cenário econômico em queda livre, pavimentou a estrada para um show de horrores que país vivenciou.

Com a destruição do consenso mínimo em torno das instituições eleitorais e a ameaça de ruptura democrática, partidários de esquerda que haviam abandonado a Presidenta se reorganizaram e tentaram recompor as

forças para proteger o mandato. Dessa forma, criou-se um espiral de radicalização extrema novamente entre dois polos que haviam disputado as eleições de 2014.

Num *corner*, os meios de comunicação de massa que apoiaram o adversário do PSDB, Aécio Neves, aliados ao Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha mancomunado com o Vice-Presidente, Michel Temer, na tentativa de realizar o impeachment. Noutro *corner*, a Presidenta eleita, Dilma Rousseff, amparada pelo ex-Presidente, Luís Inácio Lula da Silva, palidamente tentando recompor a base e defender o cumprimento do mandato de 4 anos conquistado nas urnas.

Na primeira batalha, travada na Câmara dos Deputados, o grupo liderado pela dupla Temer/Cunha venceu de forma acachapante ao amealhar 367 votos dos Deputados. Não há muitas expectativas dos resultados serem diferentes nas próximas batalhas que serão travadas no Senado Federal e no Supremo Tribunal Federal, respectivamente.

Quarto ato:

O país enfrenta, sem sombra de dúvidas, o maior dilema democrático pós 1988. Há um impasse que não se sabe qual desfecho terá. A imprevisibilidade é extremamente alta, pois os resultados estão condicionados também a uma operação de combate à corrupção que ameaça os principais atores em jogo (a qualquer momento novas prisões podem ocorrer pela Operação Lava-Jato).

De repente, um tsunami de descontentamento com os resultados econômicos, um mar de ressentimento causado pela derrota eleitoral aliado ao furacão da ascensão política de um criminoso contumaz trouxe-nos a um

destino até bem pouco tempo atrás inimaginável de ameaça ao sistema de crenças que sustenta a democracia.

Inaugura-se um novo momento em que se liberta opiniões represadas que até bem pouco tempo atrás eram tidas como espécimes em extinção. Destarte, possibilita-se um ambiente de exposição e irradiação de ódios extremos que ameaça a construção de consensos mínimos em torno de temas que já haviam decantado na esfera política de forma pacífica. Emergiu no eleitorado um conservadorismo rancoroso e ressentido que evoca princípios antidemocráticos. Dissimulados de outrora, hoje batem no peito com orgulho e prestam homenagens publicamente à Ditadura Militar e aos torturadores.

Foi destruído o consenso mínimo e passou-se a disputar o próprio conteúdo do conceito de democracia nas suas questões mais fundamentais, que se referem ao respeito aos resultados eleitorais e garantias de cumprimento do mandato tal como preconizado pelo sistema presidencialista. Substituiu-se um mandato fixo pelo mandato máximo, no qual a popularidade passa a se constituir um fiador à permanência no cargo. Concedeu-se ao Legislativo o poder de decretar o fim de mandatos executivos sem que tenha o custo de se autodissolver tal qual o voto de desconfiança dos sistemas parlamentaristas.

Cenas incertas para os próximos capítulos

Ainda que se considere esta uma história cuja série de fatores explicativos são de baixíssima probabilidade de ter novas ocorrências no plano nacional, não custa lembrar que o país é constituído por mais de 5.500 unidades subnacionais (Estados e Municípios). Estes sistemas, apesar de terem desenhos institucionais próprios que lhes conferem contornos específicos às relações entre os poderes Executivos e Legislativos, são muito influenciados pela esfera nacional e correm sério risco de sofrerem efeito cascata.

DOSSIÊ
VITOR PEIXOTO
PRESIDENCIALISMO DE MANDATO MÁXIMO OU VOTO DE DESCONFIANÇA SEM
AUTODISSOLUÇÃO DO LEGISLATIVO

Em mais de 80% dos municípios os prefeitos e vice-prefeitos pertencem a partidos distintos, e nestes casos, o partido do prefeito controla em média menos do que 45% das cadeiras das Câmaras de Vereadores. Com a deterioração dos valores e crenças no sistema eleitoral como solucionador de conflitos e a criação do voto de desconfiança sem o custo de autodissolução do Legislativo, dificilmente os mandatários dos poderes Executivos, seja no nível federal, estadual ou municipal, poderão dormir em paz. Mais uma jabuticaba: o presidencialismo de mandato máximo!

Referências

- MUNCK, G. L.; VERKUILEN, J. Conceptualizing and measuring democracy: evaluating alternative indices. *Comparative Political Studies*, v.35, n.1, p.5–34, 2002.
- O'DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos - CEBRAP*, v.31, p.25–40, 1991.
- PRZEWORSKI, A. et al. *Democracy and Development: Political regimes and economic well-being in the World, 1950-1990*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- STOKES, S. C. *Mandates and Democracy: Neoliberalism by Surprise in Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.